O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PREVIDÊNCIA É O PRIMEIRO PASSO PARA OUTRAS REFORMAS

O INÍCIO do governo Bolsonaro mostrou, até agora, um time econômico comprometido com o ajuste fiscal e as reformas econômicas necessárias. Mas, nem tudo são rosas. Apareceram, também, divergências claras dentro do grupo do governo. É preciso torcer para que essas divergências sejam superadas em breve e que o processo das reformas continue. Além da reforma da previdência, várias medidas relacionadas aos custos e às receitas do Estado devem contribuir para que o déficit primário seja bem menor do que o esperado. Se tudo correr normalmente, o dólar vai recuar, ou seja, o real vai se valorizar. Não será surpresa se o dólar ficar abaixo de R$ 3,50. A Selic pode cair um pouco. E a inflação se manterá comportada. Produtores, montem suas estratégias de compra de insumos e venda de produtos.

Em 2018, o balanço comercial do agronegócio, mais uma vez, apresenta uma cifra expressiva. Mesmo com a greve dos caminhoneiros durante o mês de maio, com interrupções no fluxo de embarques, o escoamento conseguiu se normalizar. Os chineses, em guerra comercial com os Estados Unidos, aumentaram a compra de grãos de soja, cujo estoque praticamente zerou no Brasil. A desvalorização do real em relação ao dólar também ajudou a melhorar o desempenho da exportação. A safra 2018/19 promete outro grande número, apesar dos contratempos climáticos verificados em algumas regiões produtoras.

Para o produtor de leite, o mercado aponta para um ano de recuperação das margens da atividade, o que está relacionado à expectativa de preços em patamares mais altos e de redução nos custos de produção. Espera-se uma retomada do crescimento de consumo interno de leite acompanhando o aquecimento da economia brasileira. Esse fato é positivo para as valorizações do preço pago ao produtor de leite no primeiro semestre, o qual deverá ficar acima da variação registrada no mesmo período de 2018.

Nas políticas públicas, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) avalia colocar em prática uma regra que passa aos agentes econômicos a responsabilidade por garantir a segurança dos produtos de origem animal aos consumidores, respeitando as especificações estabelecidas. Ou seja, pretende-se adotar o "autocontrole" como uma obrigação legal inserida no Código de Defesa do Consumidor e em normas do MAPA e do Ministério da Saúde (MS). Por sua vez, o Governo teria a obrigação de controlar os agentes privados. As dificuldades de controle pelo Governo tendem a ser reduzidas com o desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias disponíveis, como internet das coisas, plataformas digitais, inteligência artificial, entre outras.

Outro tema carente de atenção especial é o de seguro rural. Embora tenha sido uma iniciativa muito oportuna por parte do Governo, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), de 2005, patinou nesta década. Sistematicamente, faltaram recursos orçamentários para atender a demanda do setor produtivo. Plantar sem uma ferramenta dessa importância representa um risco de diversas ordens. Sem a cobertura proporcionada pelo seguro, a falência do produtor prejudica toda a cadeia produtiva. Importantes entidades do agro estão em franca mobilização, trabalhando para gerar um ambiente de negócios mais favorável ao seguro rural, o que poderia reduzir o preço do seguro e, consequentemente, atrair mais interessados.

Em 2017, no escopo da reforma trabalhista aprovada pelo Congresso, a Contribuição Sindical Rural (CSR) teve o seu caráter compulsório alterado para facultativo. O perfil facultativo do pagamento da

contribuição, no caso do produtor, exige uma urgente transformação no modelo de atuação por parte do sindicalismo patronal rural no Brasil para que o seu público-alvo entenda como necessário o pagamento dessa contribuição. Assim, foi realizado um estudo para entender o grau de satisfação com os serviços prestados pelos sindicatos do setor. O resultado deixa clara a necessidade de aprimoramento das atividades desenvolvidas, considerando, principalmente, a importância do agronegócio brasileiro no contexto mundial.

Na entrevista do mês, tem-se a pesquisadora norte-americana Nina Fedoroff, da Penn State University, que foi conselheira científica do Departamento de Estado dos EUA durante os governos Bush e Obama. A entrevistada apresenta depoimentos interessantes sobre a segurança dos organismos geneticamente modificados (OGMs) com relação à saúde humana. Até o momento, nada foi constatado em sentido contrário. Um grande número de pesquisas realizadas por todo o mundo ratifica a importância do uso dessa tecnologia. As grandes empresas investem de forma maciça em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos para aumentar a produtividade das plantas e reduzir o impacto ambiental.

Na retrospectiva de 2018 do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), tem-se o registro de fatos sobre uma tecnologia que revolucionou a agricultura mundial a partir dos anos 90 do século passado. Em 2018, completaram-se vinte anos da adoção de transgênicos na agricultura pelo Brasil. Ao longo desse período, o meio ambiente foi um dos principais beneficiados pelo plantio de soja, milho e algodão geneticamente modificados (GMs). Já nos últimos anos, ganhou espaço na mídia a técnica CRISPR, utilizada na edição do genoma de animais e plantas. ■

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

TWITTER: @AGROANALYSIS
INSTAGRAM: /FGV.AGROANALYSIS
FACEBOOK: /FGV.AGROANALYSIS
WWW.AGROANALYSIS.COM.BR

